

GUILHERME FIUZA

Uma certa comunidade ribeirinha do Amazonas — que fica grande parte do ano sem pisar em terra firme e onde se pesca de dentro de casa — está a salvo da destruição que avança na região amazônica. A sorte deste povo de pescadores artesanais é ter nascido na maior área de floresta alagada do mundo, em Mamirauá, transformada recentemente em estação ecológica e agora protegida internacionalmente pela Convenção de Ramsar (que preserva áreas úmidas em 77 países, sendo o Brasil o mais novo membro).

Maior sorte ainda dos caboclos e índios que habitam os 12 mil km² de alagados no Médio Solimões (próximo à cidade de Tefé) é que o Projeto Mamirauá, além de árvores, macacos, peixes e aves, preserva gente. Os cientistas do projeto orientam os ribeirinhos sobre melhores formas de explorar, por exemplo, a atividade pesqueira, e passam a contar com eles na fiscalização contra a pesca comercial predatória.

“Se bem manejadas, as terras alagadas podem garantir a sobrevivência de milhões de pessoas em todo o mundo”, afirma o especialista Simon Lyster, da WWF (Fundo Mundial para a Natureza), uma das entidades que apóiam o Projeto Mamirauá. Tendo como financiadora principal a agência de cooperação ODA, do governo da Inglaterra, o projeto contará este ano com cerca de US\$ 1 milhão.

Espalhadas pelo planeta em forma de florestas e planícies inundáveis, pântanos, mangues e sistemas de lagos, as áreas úmidas (também chamadas de terras alagadas) respondem por quase dois terços da produção pesqueira mundial, segundo o texto da Convenção de Ramsar. “Em Mamirauá, milhares de lagos constituem a maior área brasileira de pesca do Pirarucu, uma das espécies mais valorizadas da Amazônia”, atesta o biólogo Helder Queiroz, integrante do projeto.

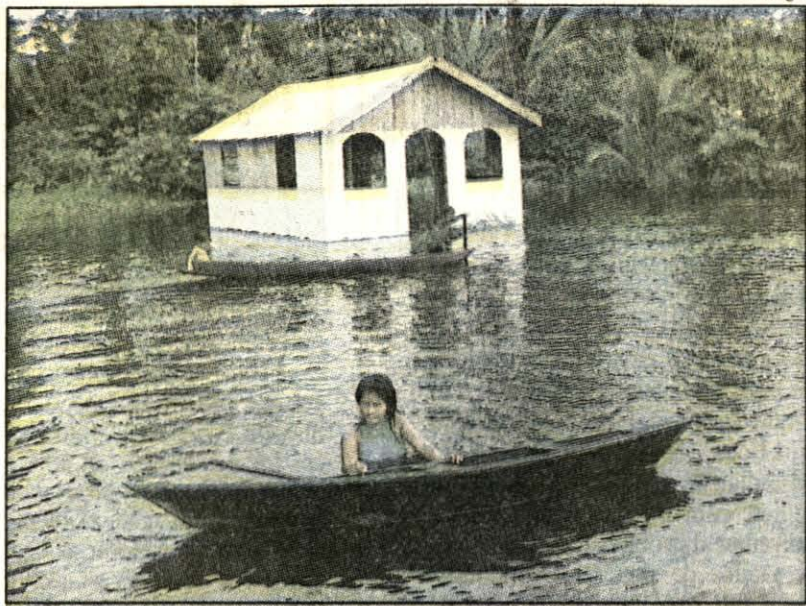
Casas flutuantes — Instalados em quatro casas flutuantes e equipados com rádio, três lanchas, cinco barcos-motor e dez canoas, os cientistas do Mamirauá estão elaborando o Plano de Manejo da estação ecológica. O resultado será uma espécie de guia para o controle do perfeito equilíbrio da região e, provavelmente, um modelo de preservação amazônica sem desapropriações ou marginalização da população nativa.

“O Plano de Manejo estará pronto em três anos”, prevê o ecólogo José Márcio Ayres, do CNPq, fundador e diretor do Projeto Mamirauá, que já soma 68 participantes e colaboradores. Os dados disponíveis já apontam, entre as maiores ameaças ambientais à região, a derrubada de árvores valiosas como o cedro (já raro), a jacareúba e a samaúma (de largura gigante), para comercialização nos centros urbanos.

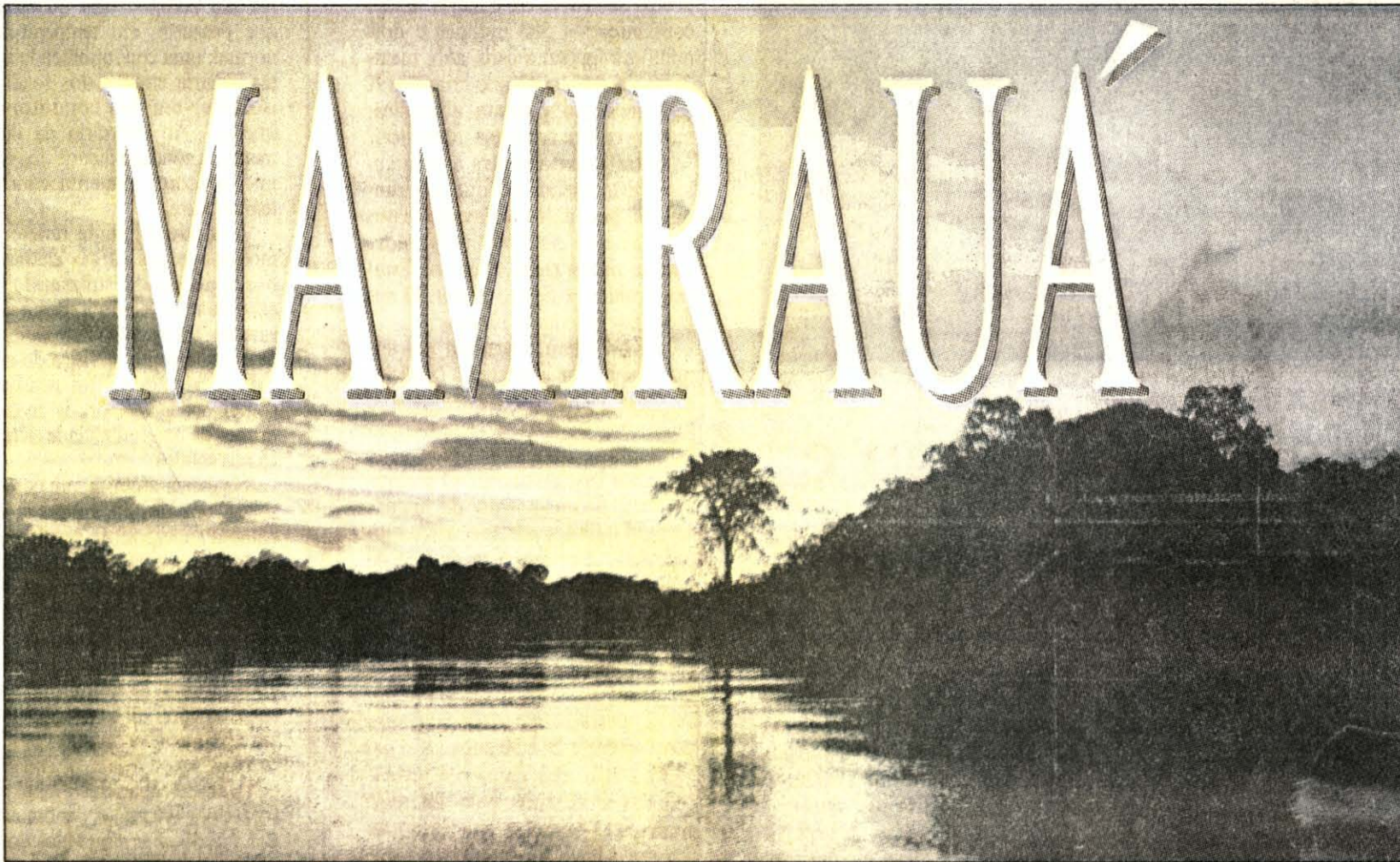
“Com o Plano de Manejo, vamos estabelecer com as comunidades uma forma de utilização racional da madeira”, adianta a bióloga Ana Albermaz.

Raridades — Como toda área úmida, Mamirauá tem alto valor ecológico e científico pela presença de espécies que não existem em outro lugar (endemismo). A grande vedete da região é o macaco andarilho uacari-branco (*Cacajao calvus calvus*), o único de rabo curto da América Latina, uma raridade estudada pela primeira vez por José Márcio Ayres. Entre as espécies ameaçadas de extinção que vivem na área da estação ecológica estão, além do pirarucu, o peixe-boi, a lontra, a hárpia, e a onça pintada.

Mamirauá, Amazonas — Fotos de Luiz Claudio Marigo



O projeto preserva a comunidade nativa e seus meios de sobrevivência



■ Maior área de mata alagada do mundo é protegida na Amazônia



Os 12 mil km² de floresta inundada fornecem água potável, peixe em abundância e controlam o regime de enchentes e vazantes de toda a região



O macaco andarilho uacari-branco só existe em Mamirauá e está sendo estudado por cientistas, que controlam também a exploração de madeira



Áreas úmidas têm tratado

Esponjas que controlam os regimes de inundações, secas e marés; filtros naturais que impedem a poluição de rios e lagos; reservatórios de água para a agricultura e consumo humano; redutos de espécies raras; maiores celeiros de peixes do planeta. Durante os anos 60, cientistas perceberam que todas estas qualidades estavam reunidas num só ecossistema, que denominaram *áreas úmidas* (ou *terras alagadas*).

Em 1970, percebendo que em várias partes do mundo ocorria uma rápida destruição das áreas úmidas (florestas e planícies inundáveis, pântanos, mangues, várzeas, sistemas de lagos), alguns países se reuniram na cidade iriana de Ramsar e assinaram a Convenção sobre Áreas Úmidas de Importância Internacional. Mês passado, a reunião da Convenção de Ramsar na cidade japonesa de Kushiro celebrou a adesão de mais quatro países aos 74 signatários do tratado: China, Indonésia, Argentina e Brasil.

Os novos critérios da Convenção estabelecem que uma área úmida só pode entrar na lista de proteção se for importante para a sobrevivência de populações. É o caso da maioria das 610 áreas inscritas, que envolvem sobretudo a pesca. A organização WWF destina anualmente US\$ 12 milhões para mais de 250 projetos.

No entanto, muitas áreas úmidas importantes encontram-se ainda fora da Convenção e seriamente ameaçadas. A gigantesca barragem de Três Gargantas, por exemplo, em construção na China, prejudicará o maior lago de água potável do país. Na Grécia, vastas áreas úmidas foram aterradas para uso agrícola.

‘Caldeirão’ de espécies

Um caldeirão de proliferação de espécies. Assim é a área de floresta amazônica alagada de Mamirauá, onde sementes chegam a flutuar durante três meses por entre as árvores antes de germinar e a extinção de uma espécie vegetal pode levar uma população de animais ao desaparecimento. Cientistas estão investigando os agentes de multiplicação da vida para determinar as prioridades de preservação, mas o trabalho não é fácil.

Segundo a bióloga Andréa Pires, macacos só existentes naquela região estão entre os principais agentes de dispersão de sementes. Após comerem os frutos, eles caminham por quilômetros, espalhando as sementes através das fezes. A dificuldade de se mapear o processo aumenta com a influência do vento e das águas.

O desaparecimento de certa espécie animal pode, portanto, ameaçar também a sobrevivência de espécies vegetais. “É uma via de mão dupla”, conclui a bióloga. Os pesquisadores já descobriram que, entre as 16 espécies de aves que espalham sementes, devem dar atenção especial aos pica-paus, que nesta região, excepcionalmente, lideram este tipo de trabalho.

Mamirauá reserva surpresas aos cientistas a cada braço d’água. “O que mais me impressionou até agora foram os peixes, que nesta área são fundamentais na dispersão de sementes”, conta Andréa Pires. As sementes passam intactas pelo sistema digestivo de pelo menos quatro espécies de peixes. “Por isso, o pico da frutificação coincide com o pico das cheias.”